

Na reunião de 28 de julho de 2021, foi rejeitada, com votos contra do PS, do BE e do PCP, votos a favor do CH e abstenções do PSD e da Deputada não inscrita Jacinta Alves Moreira.



Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Dr. Luís Marques Guedes

Assunto: Audição urgente do Senhor Ministro da Administração Interna e do Sr. Presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz, a propósito dos recentes acontecimentos envolvendo um atropelamento e vários feridos naquela cidade alentejana.

O país inteiro assistiu estupefacto aos acontecimentos ocorridos em Reguengos de Monsaraz, quando um indivíduo de etnia cigana, notoriamente embriagado, atropelou e feriu várias pessoas, após descatos ocorridos numa esplanada na mesma localidade.

A inação dos militares da GNR chamados ao local tem um motivo óbvio e evidente que não necessita superior aprofundamento; a falta de meios, humanos e logísticos, de que dispõem as forças policiais para lidar com fenómenos como este, bem como o sentimento de impunidade que está enraizado numa parte significativa da comunidade cigana.

Na verdade, caso tivessem assumido alguma ação mais musculada, hoje estaríamos perante um país a clamar por racismo, xenofobia ou infiltração da extrema-direita nas forças de segurança. Como se pode assacar culpas a militares da GNR que, em evidente inferioridade e com autoridade permanentemente subtraída pelo Governo da República, têm de lidar com fenómenos de permanente insubordinação, descontrolo e desconsideração pelas regras do Estado de Direito?

Há, no entanto, aspetos que necessitam de um aprofundamento político evidente: têm as autoridades municipais os meios necessários para lidar com o problema? Que têm feito as autoridades municipais para promover a integração da comunidade cigana e o respeito pelas leis em vigor, ou a participação da comunidade no conjunto da vida cívica, política e social? Acontecimentos como este têm sido frequentes na zona, mesmo quando não filmados por moradores ou sem relatórios policiais correspondentes?

Também o Ministério da Administração Interna tem aqui explicações a dar: como é possível que os meios humanos sejam tão limitados, especialmente nestas áreas do interior do país, para lidar com este tipo de fenómenos? Como podemos deixar que continuem a fechar postos ou esquadras de polícia em zonas onde alguns tipos de comportamentos ilícitos, alguns deles com forte impacto em termos de segurança e tranquilidade públicas, têm vindo a colocar em causa estabilidade do tecido social e a segurança das comunidades envolvidas?

É fundamental que a articulação entre as autoridades municipais e o Ministério da Administração Interna funcione em termos efetivos, de forma a evitar que episódios como este voltem a ocorrer no futuro, gerando um enorme sentimento de impunidade, descontrolo e caos na segurança que não contribui em nada para a imagem de Portugal no exterior e para a

percepção pública da segurança no interior do país, sobretudo onde se verifica a presença massiva de comunidades ciganas.

Assim, tendo em vista obter informação sobre esta matéria e a fim de obter todos os esclarecimentos sobre a mesma, o Deputado Único Representante do Partido CHEGA, vem solicitar, nos termos regimentais aplicáveis, que a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias delibere solicitar a audição urgente das seguintes entidades:

1 – Senhor Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita.

2 – Senhor Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, José Calixto.

Assembleia da República, 18 de julho de 2021

o deputado

André Ventura